

# SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i> .....	VII
<i>Apresentação</i> .....	XI
<i>Prefácio</i> .....	XIII
 INTRODUÇÃO .....	1
 1. PÓS-HUMANISMO E DIREITO CONSTITUCIONAL ECOLÓGICO .....	9
1.1. Direito Constitucional Ecológico na CRFB de 1988 e Tutela Ecológica como Direito Fundamental.....	13
1.2. Deveres de tutela de um Estado Democrático, Social e Ecológico de Direito .....	20
 2. TUTELA ECOLÓGICA À LUZ DO PÓS-HUMANISMO .....	29
2.1. Tutela jurídica do antropoceno.....	29
2.2. Tutela jurídica da pachamama.....	34
2.3. Tutela do Mínimo Existencial Ecológico .....	39
2.4 Tutela da Best Technology Available como garantia fundamental pós-humana.....	43
2.5. Tutela Constitucional Ecológica como garantia fundamental pós-humana .....	44
 3. O PODER JUDICIÁRIO COMO GUARDIÃO DA VIDA NO PLANETA .	53
3.1. A Tutela constitucional da dignidade para além do ser humano.....	54
3.2. O Acesso à justiça para obtenção da tutela ecológica: necessidade ou não dos animais serem titulares de direitos subjetivos?.....	61
3.2.1. Os polêmicos direitos dos animais e a legislação estrangeira .....	63

3.3. Teorias possíveis para a extensão de direitos subjetivos aos animais.....	65
3.3.1. Teoria dos entes despessoalizados – adotada pelo PL 27/2018 .....	71
3.3.2. Crítica ao projeto de Lei nº 6054/19 – as armadilhas de um texto de lei .....	75
4. OS NOVOS DESAFIOS DO ACESSO À JUSTIÇA .....	83
4.1. Legitimação em juízo por parte dos entes despersonalizados .....	84
4.2. A classificação atual dos animais na lei civil e os projetos de lei em andamento.....	91
4.3. A governança judicial ecológica e o leading case no STF.....	102
4.4. O especismo e o ‘dorente’ não-humano .....	111
5.0 DIREITO ANIMALISTA .....	117
5.1. A Integridade Ecológica como Grundnorm (norma fundamental).....	123
5.2. O futuro intergeracional no Brasil e o ensino.....	124
5.3. Os animais como novos protagonistas do acesso à justiça ....	128
5.4. Formalizando a proposta: a disciplina própria para a defesa da vida na Terra e seus autores .....	132
5.5. Decisões Ecológicas nas Côrtes Superiores brasileiras.....	143
5.6. O incentivo fiscal e a figura do protetor recebedor .....	152
CONCLUSÃO .....	157
REFERÊNCIAS .....	163